

O Brasil de Lula¹

Sergio Lessa

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva despertou muitas esperanças: com um operário no poder, o Brasil passaria pelas reformas que tanta carece. Na América Latina, uma análoga onda de esperança: com a base industrial, com o poder de arrecadação fiscal, com as reservas naturais, mercado e população do Brasil, o governo Lula mudaria a relação de subordinação da região para com os países centrais. E no mundo, a vitória de Lula foi saudada como importante na luta por justiça social.

O Brasil possui problemas estruturais seculares. Uma concentração da propriedade da terra (47% das melhores terras nas mãos de 1% dos proprietários e 4,5 milhões de famílias sem terra) acompanhada por uma concentração da propriedade urbana de tal magnitude que, em São Paulo, se todos os domicílios desocupados fossem doados aos Sem-Teto, ainda assim sobrariam hoje 40 mil imóveis vazios. Uma concentração de renda que é a maior do planeta em um PIB (Gross National Product) que está entre os 10 maiores do mundo. Esta situação econômica coloca 40, dos 160 milhões de brasileiros, abaixo da linha da pobreza, em uma população que é mais de 80% urbana: a tensão social é o resultado inevitável de tantas desigualdades.

Ao assumir a Presidência, Lula, ao invés de tomar os primeiros passos para a reversão deste quadro, intensificou a política neoliberal de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Não apenas reafirmou todos os compromissos internacionais, como ainda ampliou o superávit primário dos 3,75% acordado com o FMI para 5,2%. Investiu em infra-estrutura, educação, saúde e custeio dos órgãos públicos (como universidades, centros de pesquisa, órgãos de defesa do consumidor, hospitais, etc.) menos de 5% do previsto, retirando da economia estimados 6 bilhões de dólares americanos. Elevou a taxa de juros anual para 26,5% e os juros ao consumo estão em exorbitantes 110%, para uma inflação anual estimada para 7%.

O resultado é que, após um trimestre de recessão, importantes setores econômicos como a fabricação de eletrônicos, cimento e farmacêuticos regrediram aos níveis de 1991. A produção e vestuário é 36% menor que a do ano de 1990, 20% inferior à do primeiro semestre de 2002. O desemprego bate recordes, a renda real dos assalariados diminuiu 16% no último ano e cerca de 1 de cada 3,6 trabalhadores em São Paulo está à procura de emprego. Com isso cresce o êxodo urbano, aumenta a tensão no campo e a violência urbana passa a ter como contrapartida a violência rural.

É neste quadro que o governo Lula propôs a sua primeira reforma estrutural: a Reforma da Previdência. Diferente da maioria dos países europeus e dos Estados Unidos, as seculares e estruturais desigualdades sociais no Brasil fizeram com que as políticas públicas e a previdência social, pelo atendimento das necessidades

¹ Publicado, com o título "Il Brasile de Lula", em Marxismo Oggi, n2, Milão, 2003.

imediatas e pontuais dos milhões mais carentes, sejam importantes no controle das tensões sociais. Contudo, para que as pessoas sejam obrigadas a recorrer aos fundos de pensão, é imprescindível revogar vários dos atuais mecanismos de proteção social - em si mesmos, injustos, mas a única "compensação" à qual os mais pobres podiam ainda recorrer.

A Reforma da Previdência cumpriu este papel. Seguindo os ditames do FMI e do Banco Mundial, revogou vários direitos dos funcionários públicos os obrigando a recorrer aos fundos de pensão. O projeto, aprovado no Congresso Nacional, significará a transferência de cerca de 650 bilhões de dólares dos assalariados ao capital especulativo nos próximos 10 anos.

A reação foi muito maior do que todos, governo e oposição, esperavam. O que era a resistência dos intelectuais e alguns setores políticos menos importantes evoluiu para uma greve que, no início de julho de 2003, teve apoio de mais de 400 mil servidores públicos, ainda que as principais centrais sindicais (CUT e Força Sindical) fossem contrárias à greve. Uma marcha de mais de 70 mil pessoas ocupou Brasília (distante mais de 2000 quilômetros do Rio de Janeiro e de São Paulo, e mais de 1000 quilômetros de qualquer cidade economicamente importante) no mês de agosto. Ao invés de rever sua política, o governo intensificou a repressão à oposição e, pela primeira vez desde a ditadura militar, colocou tropa de choque dentro do Congresso Nacional para expulsar os manifestantes.

Debilidado pela pressão da opinião pública, o governo teve que ceder às oposições conservadoras no Congresso Nacional muito mais do que esperava: milhares de cargos e 2 bilhões de reais em verbas foram utilizados para comprar uma vitória na Câmara dos Deputados que oscilou de magros 50 a esmagados 16 votos a favor do governo. Nos dias de votação no Congresso, a greve se ampliou, o poder judiciário aderiu de modo significativo, e a opinião pública, ainda majoritária a favor do governo, passou a acusar o seu crescente desencanto para com o rumo do país.

Ao mesmo tempo, ainda que uma importante liderança do MST tenha feito declarações simpáticas ao governo, a intensificação das ocupações (170, só no primeiro semestre de 2003) e dos confrontos no campo (com mais 18 assassinatos de camponeses e lideranças sindicais) demonstra uma combatividade do movimento que destoa do discurso conciliador. E, em São Paulo e no Rio de Janeiro, como nunca vimos antes, ocupações quase todas as semanas de prédios de apartamento, de hotelaria e de comércio pelos Sem Teto, contribuem para agravar o quadro político.

Mesmo frente à reação popular, ao descontentamento de setores empresariais prejudicados pela política recessiva, ao pronunciamento de setores até agora assumidamente governistas, (como militantes do PT, a CUT e setores progressistas da Igreja Católica) e às denúncias generalizadas dos intelectuais, não há sinais de que o governo pretenda rever a sua estratégia. Pelo contrário, anunciou uma nova lei que retirará vários direitos trabalhistas dos assalariados e, também, uma reforma tributária que aumentará ainda mais a absurda taxa de 36% do PIB que o

governo arrecada com impostos. Até agora, o governo Lula não deu nenhum indício de que poderemos esperar, no futuro, a realização das esperanças que o elegeram Presidente da República.

Após o encerramento das eleições, a prestação oficial das contas das campanhas presidenciais revelou que, enquanto Serra, candidato de FHC, recebia 33 milhões, Lula arrecadava em doações para a campanha 40 milhões de reais. Em ambos os casos, os maiores contribuintes foram grandes industriais, banqueiros e grandes latifundiários. O que parecia paradoxal há alguns poucos meses revela, agora, o seu verdadeiro significado: mais do que em Serra, foi em Lula que o grande capital fez sua aposta nas últimas eleições. E, infelizmente, até agora o grande capital não tem com o que se decepcionar.